

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

George Melo (PSDC) - Presidente
Jorge Everton (PMDB) - Vice-Presidente
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Brito Bezerra (PP) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Oleno Matos (PDT) - Membro

Comissão de Administração, Segurança e serviços públicos

Jorge Everton (PMDB) - Presidente
Soldado Sampaio (PC do B) - Vice-Presidente
Valdenir Ferreira (PV) - Membro
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Odilon Filho (PEN) - Membro

Comissão de Ética Parlamentar

Marcelo Cabral (PMDB) - Presidente
Mecias de Jesus (PRB) - Vice-Presidente
George Melo (PSDC) - Membro
Zé Galeto (PRP) - Membro
Izaias Maia (PRB) - Membro
Suplentes:
1º - Chico Guerra (PROS)
2º - Oleno Matos (PDT)

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Coronel Chagas (PRTB) - Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Vice-Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Izaias Maia (PRB) - Membro
Diego Coelho (PSL) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Lenir Rodrigues (PPS) - Presidente
Evangelista Siqueira (PT) - Vice-Presidente
Masamy Eda (PMDB) - Membro
Chico Mozart (PRP) - Membro
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

Comissão de Defesa do Consumidor

Chico Mozart (PRP) - Presidente
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente
Mecias de Jesus (PRB) - Membro
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Evangelista Siqueira (PT) - Membro

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Ângela Águia Portella (PSC) - Presidente
Oleno Matos (PDT) - Vice-Presidente
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Dhiego Coelho (PSL) - Membro

Comissão de Agricultura Pecuária e Política Rural

Zé Galeto (PRP) - Presidente
Aurelina Medeiros (PSDB) - Vice-Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro
Ângela Águia Portella (PSC) - Membro
Gabriel Picanço (PRB) - Membro

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Chico Guerra (PROS) - Presidente
Izaias Maia (PRB) - Vice-Presidente
Dhiego Coelho (PSL) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro
Francisco Mozart (PRP) - Membro

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Mecias de Jesus (PRB) - Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Vice-Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro
Naldo da Loteria (PSB) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo

Brito Bezerra (PP) - Presidente
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Zé Galeto (PRP) - Membro
Izaias Maia (PRB) - Membro

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Masamy Eda (PMDB) - Presidente
Odilon Filho (PEN) - Vice-Presidente
Oleno Matos (PDT) - Membro
Ângela Águia Portella (PSC) - Membro
Naldo da Loteria (PSB) - Membro

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Gabriel Picanço (PRB) - Presidente
Masamy Eda (PMDB) - Vice-Presidente
George Melo (PSDC) - Membro
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e Mercosul

Dhiego Coelho (PSL) - Presidente
Chico Guerra (PROS) - Vice-Presidente
Jorge Everton (PMDB) - Membro
Odilon Filho (PEN) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665 | E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS
Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA
Diagramação

Atos Administrativos

- Resoluções de Afastamentos nº 048 a 050/2015 02

Das Comissões

- Reunião da Comissão Especial Externa - Resolução nº 012/2015, Alterada pela Resolução nº 020/2015 -
Elaboração do Relatório Conclusivo 02
- Reunião da Comissão Especial Externa - Resolução nº 005/2015 02

ATOS ADMINISTRATIVOS
RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS
RESOLUÇÃO Nº 048/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **THUANY AZEVEDO DO NASCIMENTO Matrícula 14749** para viajar com destino ao município de Pacaraima, no período de 19.03 a 22.03.2015, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 19 de março de 2015

Deputado JALSER RENIER PADILHA

Presidente

Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA

1º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 049/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **BARBARA RIBEIRO FALCÃO Matrícula 15253** para viajar com destino a cidade de São Paulo - SP, no período de 08.04 a 11.04.2015, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 20 de março de 2015

Deputado JALSER RENIER PADILHA

Presidente

Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA

1º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 050/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **ANDREA FERNANDES LIMA Matrícula 012651** para viajar com destino a cidade de Fortaleza - CE, no período de 20.03 a 24.03.2015, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 20 de março de 2015

Deputado JALSER RENIER PADILHA

Presidente

Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA

1º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

2º Secretário

DAS COMISSÕES

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 012/15, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO 020/15, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2015, PARA ARGUIÇÃO E DELIBERAÇÃO DO RELATÓRIO CONCLUSIVO.

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às dezessete horas, na Sala de Reuniões, nos autos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se a Comissão Especial Externa, criada por meio da Resolução nº 012/15, alterada pela Resolução nº 020/15, destinada para, nos termos dos arts. 269 e 271 do Regimento Interno, analisar a indicação do nome do Senhor Lenon Geyson Rodrigues Lira, indicado para exercer o cargo de Presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima-IPEM, conforme Mensagem Governamental nº 007/15, datada de 03/02/15, sob a Presidência do Senhor Deputado George Melo. ABERTURA: O

Senhor Presidente registou a presença dos Senhores Parlamentares que compõem esta Comissão: Gabriel Picanço, Jânio Xingu, Coronel Chagas, e Oleno Matos. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a Reunião e passou ao exame da Ata da reunião anterior. A Requerimento do Senhor Deputado Coronel Chagas foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão, para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. EXPEDIENTE: Não houve. ORDEM DO DIA: Arguição do Senhor Lenon Geyson Rodrigues Lira, indicado para exercer o cargo de Presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima-IPEM. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Deputado Coronel Chagas que procedesse à leitura da Ficha de Identificação do Candidato. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Lenon Geyson Rodrigues Lira, para suas considerações iniciais, o qual cumprimentou a todos e agradeceu pela oportunidade de estar sendo sabatinado por esta Casa, colocando-se à disposição dos Senhores Deputados para os questionamentos. Prosseguindo, a palavra foi franqueada ao Senhor Relator, Deputado Jânio Xingu para seus questionamentos. O Senhor Relator, estando com a palavra, formulou várias perguntas ao arguido, as quais foram respondidas de forma clara e objetiva. Prosseguindo, o Senhor Relator considerou que as respostas foram satisfatórias. Logo após, o Senhor Presidente franqueou a palavra aos demais Membros da Comissão, para que pudessem fazer as perguntas que achassem necessárias. Feitas as indagações pelos Membros da Comissão, o Senhor Presidente deu-se por satisfeita com as informações apresentadas pelo sabatinado, quando da apresentação pessoal de suas atividades, e recomendou à assessoria da Comissão elaborar Projeto de Decreto Legislativo aprovando a indicação do nome do Senhor Lenon Geyson Rodrigues Lira, indicado para exercer o cargo de Presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima-IPEM, informando ao arguido o término da sabatina, portanto, dispensado-o. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a reunião, pelo tempo necessário, para que o Senhor Relator emitisse seu parecer à Proposição. Após o tempo estipulado, constatou na Mesa dos Trabalhos o Projeto de Decreto Legislativo nº 008/15, de autoria desta Comissão, que “Aprova o nome do Senhor Lenon Geyson Rodrigues Lira, indicado para exercer o cargo de Presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima-IPEM”. Após solicitou ao Senhor Relator, Deputado Jânio Xingu, proceder à leitura do parecer à Proposição em epígrafe. Procedida à leitura, o Senhor Presidente colocou o parecer em discussão. Não houve discussão. Submetido à votação, o parecer foi acatado por unanimidade de seus Membros na Comissão. ENCERRAMENTO: Às dezessete horas e quarenta minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e para constar, eu, Valnéia da Silva Gutierrez, Secretária ad hoc, lavrei a presente Ata que, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Deputado George Melo

Presidente da Comissão

ATA DA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 005/15, REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às dez horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões, altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 005/15, com a finalidade de “Acompanhar a elaboração de Planos Emergenciais no Sistema Prisional do Estado de Roraima e na Rede Pública de Saúde Estadual do Estado de Roraima”, Sob a presidência da Senhora Deputada Lenir Rodrigues, com a presença do Relator, Deputado George Melo; e Deputados Izaías Maia e Zé Galeto, membros; e ausência da Vice-Presidente, Deputada Angela Águida Portella. Abertura: Havendo quorum regimental, a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos. Em seguida, solicitou à secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A Requerimento do Senhor Deputado George Melo, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a

distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, a Senhora Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada pelos Senhores Membros presentes na Comissão.

Expediente: Por determinação da Presidência da Comissão, a Ata será transcrita na íntegra. A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues – Atendendo a Reiteração de Convocação desta Comissão, encontra-se nas dependências desta Casa a Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – Diretora do DEPLAF/SEJUC, para prestar esclarecimentos sobre os contratos em andamento no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania de Roraima - SESAU, solicito que ela seja conduzida ao plenário desta Comissão. Bom-dia, pode tomar assento. Solicito que todos falem ao microfone, tendo em vista que a ata desta reunião será transcrita na íntegra. Informo que, conforme Regimento Interno desta Casa, as informações prestadas a esta comissão por vossa senhoria são de sua inteira responsabilidade, qualquer informação falsa, ou sua recusa em prestá-la, vossa senhoria poderá ser penalizada com o disposto na lei. Antes de passar às perguntas, vou contextualizar o papel da Comissão. A Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 005/15 pela Comissão de Representação, da Assembleia Legislativa do Nosso Estado, tem a finalidade de “Acompanhar a elaboração de Planos Emergenciais no Sistema Prisional do Estado de Roraima e na Rede Pública de Saúde Estadual do Estado de Roraima”, Decretado pelo Executivo, através do Decreto n.18290/2015 e Decreto n.18292/2015, publicados, respectivamente, no DOE do dia 19 e 23 janeiro de 2015, com relação a duas pastas do Governo: Secretaria de Estado da Saúde-SESAU e Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania-SEJUC. A presente Comissão Especial é composta pelos senhores Parlamentares Lenir Rodrigues, Presidente; Angela Águida Portella, Vice-Presidente; George Melo, Relator; Izaias Maia, Relator Adjunto; e Zé Galeto, Membro. Senhora Edilaci, já fizemos visitas, já ouvimos pessoas, visitamos Secretários. Há um certo estranhamento por parte da população e de algumas pessoas quanto ao papel do Poder Legislativo, o qual tem duas funções: Uma típica que é a elaboração de Leis, e outra atípica que é o acompanhamento da execução do Orçamento Público, portanto da efetivação das políticas públicas através do Orçamento. Queremos, e é nosso papel, velar pela execução das mesmas, com lisura e legalidade. Temos visto em nosso país que os governos Municipais e Estaduais, quando decretam Estado de Emergência, mas não há um tsunami, nem vulcão ou enchente que pudesse ensejar a Decretação de uma Emergência, principalmente um Estado Especial de Emergência, causam um certo estranhamento. Por isso estamos com esse espírito de entendermos se, este é apenas um motivo para burlar a Lei de Licitações Públicas, queremos cumprir nossa função constitucional. Se em outras Legislaturas, não agiam dessa forma com muita frequência, porque sempre agiram assim. O que nos interessa é daqui para frente. Quanto tempo a senhora está trabalhando na SEJUC? A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – Bom-dia, Senhores Deputados, Senhora Presidente. Eu trabalho na SEJUC há dez anos, sou funcionária da SEJUC e sempre trabalhei na área administrativa. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Há quanto tempo a senhora está no cargo de Diretora do DEPLAF? A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – Há um ano e cinco meses à frente do DEPLAF da SEJUC. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Com a Palavra o Senhor Deputado Zé Galeto – Bom-dia. A senhora sabe me informar por que, segundo a mídia, a empresa de alimentação dos presídios foi substituída? A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – Sim, em dois mil e nove foi aberta uma licitação para fazer a alimentação da capital e quem ganhou essa licitação foi a Maga Foods que trabalhou conosco até dezembro de 2014, a empresa Maga Foods havia aceitado aditivar o contrato com a SEJUC, nos mesmos termos que já vinha fornecendo e no dia 29 de dezembro de 2014, enviou uma carta informando que queria fazer a rescisão do contrato e que não aceitaria mais contratar com a SEJUC. Fizemos uma pesquisa de preço no mercado e contratamos a empresa que tinha o menor valor nesse processo emergencial, tendo em vista que a população carcerária não poderia ficar sem alimentação. O Senhor Deputado Zé Galeto – Qual a empresa que está fornecendo alimentação aos presídios, como foram formalizados os convites, houve divulgação ou publicação para outras empresas poderem participar da concorrência, enfim houve Licitação Pública? A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – Não

houve Licitação Pública e não pudemos fazer essa cotação abertamente devido à emergência do contrato, a empresa deu o prazo de apenas trinta dias para continuar fornecendo alimentos até conseguirmos contratar outra empresa. O processo foi aberto com a Empresa que apresentou o menor preço, que foi a M.A. Rodrigues de Barros, que tem como titular o Senhor Marco Antônio Rodrigues de Barros. A empresa está fornecendo desde o dia 22 de janeiro, porque a outra empresa simplesmente parou de fornecer os alimentos; no dia vinte e um à tarde, a empresa chamou o Secretário e disse que não iria mais fornecer alimentação e como já estávamos com o processo aberto desde o dia sete de janeiro, nos tramites legais, de imediato pedimos para outra empresa fornecer o alimento, tanto que a empresa que apresentou o menor preço teve que contratar funcionários da outra empresa porque eles estavam sem receber, havia vários problemas com a outra empresa com relação à alimentação que chegava estragada e outras ocorrências que eram costumeiras na SEJUC. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Com a palavra o Senhor Relator, Deputado George Melo – O Preço desse alimento é mais baixo que o preço anterior? Você disse isso? A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – Não é mais baixo, o preço anterior foi resultado de uma Licitação de 2009, e o contrato foi assinado em 2010, desde 2010 o preço nunca havia sido reajustado, eram sete reais e trinta e cinco centavos, se não me engano. O Senhor Relator, Deputado George Melo – Foi reajustado para quanto? A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – A cotação foi de doze reais e trinta e cinco centavos. O Senhor Relator, Deputado George Melo – Para escolha dessa empresa atual, foram abertos, primeiramente, todos os trâmites de um Processo Licitatório? A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – Não. O Processo Licitatório está correndo junto com esse emergencial. Não foi feito Processo Licitatório porque o sistema não estava aberto e, para se fazer um Procedimento Licitatório, o sistema tem que estar aberto para se tirar o PED e ter dinheiro para poder fazer o PED. O Senhor Relator, Deputado George Melo – Mas a partir do momento em que foi aberto o PED, porque já foi, vocês abriram o Processo Licitatório, já esta em andamento? A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – O Outro que está para Licitar, sim está correndo paralelamente ao emergencial. O Senhor Relator, Deputado George Melo – O Prazo do emergencial é para quantos meses? A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – 180 dias, seis meses. O Senhor Relator, Deputado George Melo – Seis meses? A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – O emergencial são seis meses, 180 dias. O Senhor Relator, Deputado George Melo – O Decreto Emergencial é de 180 dias, mas não obstante disso a Licitação tem que correr em 180 dias. É muito estranho que o Governo possa contratar e pagar por meio de um Decreto como se fosse uma empresa privada. Na verdade, o que estamos vendo é uma ação muito séria deste Governo que está começando. Ora, eu estava ouvindo as indagações do colega ao lado, me chamou atenção as condições para que fosse escolhida essa empresa. Se foi dada a publicidade devida, porque isso é dinheiro público, não é dinheiro particular, não é da Governadora nem do Secretário, é dinheiro do povo. As pessoas têm a ilusão de achar que o dinheiro é do governador. Na sua opinião, um Processo Licitatório precisa de seis meses para entrar em funcionamento? A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – Na realidade, o Processo Emergencial é de 180 dias, só que paralelo a ele corre o Processo Licitatório, como eu já havia dito, a partir do momento em que houve a licitação e a empresa ganhadora do certame, está tudo ok, é rescindido o processo emergencial, não é obrigado ele ficar os 180 dias, ele é até 180 dias, e o Processo Licitatório não corre tão rápido como o senhor mencionou, ele demora no mínimo três meses para ocorrer, esse é o costume da CPL. Existem os trâmites da CPL: vai para Controladoria, vai para PROGE, vai, volta para a origem do processo raiz, demora muito. O Emergencial é porque não podemos ficar sem alimentação para os presos, está na Lei, tínhamos que fazer uma forma de suprir a necessidade emergencial. O Senhor Relator, Deputado George Melo – a senhora tem como me fornecer provas de que a empresa Maga Foods abriu mão da entrega desses alimentos? A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – Sim. No momento eu não tenho esse documento aqui, mas tenho como enviar para Comissão o documento em que a empresa solicita a rescisão do contrato amigavelmente. O Senhor Relator, Deputado George Melo – A senhora como técnica satisfaz em responder algumas perguntas, mas vou aguardar o documento de pedido de rescisão consensual, faça chegar até nossas mãos para fazer parte

do relatório. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Houve notificações da SEJUC para Maga Foods sobre as questões de fornecimento de alimentação no ano passado? A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – Não. Não houve por parte dos fiscais do contrato de alimentação, as reclamações eram através da mídia e algumas ocorrências que os agentes penitenciários encaminhavam ao DESIP, mas nenhuma notificação chegou até a empresa, nós conversávamos com o pessoal da empresa e pedíamos para eles melhorarem o alimento, mas notificação, não. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Essa empresa Maga Foods é de Manaus? A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – Essa empresa Maga Foods é de Manaus mas tem sede aqui. A Senhora Presidente da Comissão, Lenir Rodrigues – Qual motivo alegado pela Maga Foods para desistir? A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – Foi o não pagamento. A Senhora Presidente da Comissão, Lenir Rodrigues – Por parte do Estado? A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – Por parte do Estado, porque ano passado eles não conseguiram receber, não tinha verba para pagar, nós tínhamos o orçamentário, mas não tínhamos o financeiro, estavam com noventa dias sem receber do Governo e a empresa não tinha mais como segurar os funcionários, tanto que eles entraram em greve disseram que não iam mais fazer os alimentos. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Quando eles assinaram a rescisão consensual, o Estado estava devendo a eles outubro, novembro e dezembro. A senhora sabe o montante da dívida do Estado com a empresa por esses três meses? A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – Na realidade, o Estado estava devendo setembro, outubro e novembro, dezembro não tinha entrado no orçamento. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Então eles saíram com uma dívida de quatro meses? A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – O que estamos devendo para Maga Foods, hoje, são quase cinco milhões. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – A senhora nos falou que não houve publicidade dos atos administrativos tendo em vista a emergência de fazer os autos do processo emergencial. Houve caução para essa empresa que esta fornecendo alimentação, por parte de outras empresas? Apresentaram outros orçamentos? A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – Essa empresa? A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Sim. A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – Não, os outros orçamentos foram feitos por nós. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – A cotação foi feita pela própria equipe? A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – Foi. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Existem situações na Administração Pública, infelizmente, em que os autos do Processo ocorrem de trás para frente, primeiro vem a Ordem de Serviço depois vão “montando” os autos do Processo. Atualmente esses autos já receberam Parecer da Procuradoria-Geral do Estado? A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – Sim, já tem, hoje peguei o Processo na Controladoria, já está na fase final, foi para SEJUC para

empenhar e contratar. Vejam o tempo que demora nos trâmites, o Processo foi aberto no dia 07 de janeiro e somente hoje que o Processo chegou na SEJUC para empenhar e contratar. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – A SEJUC tem uma equipe para aferir a qualidade da alimentação fornecida nos presídios e quem atesta as notas fiscais, quem são os fiscais do contrato? A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – Sim, todos os dias a degustação vai para o Diretor do DESIP, para o DEPLAF e quem atesta as notas é o fiscal do Contrato que, geralmente, é o Diretor do DESIP. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Quem deu a Ordem de Serviço para empresa M.A. Rodrigues de Barros entrar nos presídios e começar a fornecer alimentação, já que não havia autos do Processo formalizado, Parecer da Procuradoria Geral do Estado nem Contrato? A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – Com certeza, o gestor da pasta. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – O Secretário de Justiça e Cidadania? A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – Foi o Secretário... A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Existe um documento formal, uma Ordem de Serviço ou se esperou os trâmites normais dos autos? A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – O Processo foi aberto no dia 07 de janeiro, como falei, então desde o dia 07 de janeiro tramita de forma legal. No dia 22 de janeiro, eles começaram a fornecer a alimentação. Então, o Processo já estava em andamento. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – A senhora viu a Ordem de Serviço, assinada? Para uma empresa entrar num setor público tem que haver uma Ordem de Serviço, um documento assinado para entregar para o Diretor da Unidade, quero saber se essa Ordem de Serviço está com a data do dia 22 de janeiro de 2015? Se eu sair, agora, aqui da Assembleia, vou encontrar essa Ordem de Serviço na Penitenciária, na Casa do Albergado e na Cadeia Pública de Boa Vista? A Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis – Não tem essa Ordem de Serviço. Como já existia a empresa que apresentou menor valor ela já entrou diretamente na Cozinha Industrial para preparar e fornecer alimentação. A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Estou satisfeita com as respostas da Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis. Pergunto aos Senhores membros desta Comissão se algo mais a perguntar à Senhora Edilaci? A Senhora Presidente da Comissão Lenir Rodrigues – Não havendo mais nada a perguntar e com as informações prestadas pela Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis a esta Comissão, agradecemos sua presença. A Senhora esta dispensada. **ENCERRAMENTO:** Às onze horas e cinco minutos, a Senhora Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E, para constar, eu, Márcia Brito Wanderley, secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e encaminhada à publicação.

Deputada Lenir Rodrigues
 Presidente da Comissão

O Poder **Legislativo**
 no enfrentamento à violência doméstica


CHAME
 CENTRO HUMANITÁRIO DE APOIO À MULHER
 COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER/ALE-RR

(95) 3623 2103 - chame@al.rr.gov.br

Basta de violência contra a mulher!

8 mil
 atendimentos


 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 DO ESTADO DO RIO GRANDE
 DO NORTE
 A Força do Povo